

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Marcos Macari

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Editor Executivo

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Assessor Editorial

João Luís C. T. Ceccantini

Conselho Editorial Acadêmico

Alberto Ikeda

Alfredo Pereira Junior

Antonio Carlos Carrera de Souza

Elizabeth Berwerth Stucchi

Kester Carrara

Lourdes A. M. dos Santos Pinto

Maria Heloísa Martins Dias

Paulo José Brando Santilli

Ruben Aldrovandi

Tania Regina de Luca

Editora Assistente

Denise Katchuian Dognini

Greg Grandin

A REVOLUÇÃO GUATEMALTECA

COLEÇÃO REVOLUÇÕES DO SÉCULO XX

DIREÇÃO DE EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

TRADUÇÃO

LUIZ ANTÔNIO OLIVEIRA DE ARAÚJO

UNESP
Editora

INTRODUÇÃO

A GUATEMALA NA VANGUARDA DA GUERRA FRIA

Até mais do que Cuba, a Guatemala serviu de palco à guerra fria no continente. Em outubro de 1944, uma revolução deflagrada a partir de protestos urbanos pôs fim a uma das mais prolongadas e repressivas ditaduras da América, inaugurando uma década de mudanças sem precedentes, inclusive uma ambiciosa reforma agrária. Fortalecida pela iminente vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, a Revolução de Outubro, como o governo recém-implantado não tardou a ser chamado, foi uma das estrelas mais rutilantes no vasto – posto que frágil – firmamento democrático que se plasmou em toda a América Latina entre 1944 e 1946.

Em 1944, somente cinco países latino-americanos – México, Uruguai, Chile, Costa Rica e Colômbia – mereciam ser chamados de democracia. Em 1946, apenas cinco não eram dignos desse nome: Paraguai, El Salvador, Honduras, Nicarágua e República Dominicana.¹ Os ditadores foram depostos em todo o continente e os governos legalizaram o sufrágio e os sindicatos. Em graus variáveis de país para país, a urbanização, a industrialização e o crescimento demográfico criaram uma classe média emergente e um operariado urbano que se uniram a estudantes, intelectuais e, em alguns casos, a um campesinato militante. Tais coligações geraram tanto a demanda de uma reestruturação democrática quanto a força social necessária para implementá-la. Depois da guerra, os sindicatos revitalizados no México, no Brasil, no Peru, na Guatemala, na Colômbia, na Argentina e no Chile promoveram ondas grevistas de beligerância inaudita. Em alguns países, impelidos por essa mobilização crescente, chegaram

¹ A descrição da abertura democrática na América Latina do pós-guerra deve muito a Bethell & Roxborough (1992a, 1994).

ao poder partidos populistas reformistas – muitos deles organizados na década de 1920. Os elementos mais democráticos do liberalismo, que a partir do meado do século XIX atuavam sobretudo para justificar o domínio da elite e a modernização econômica, avançaram, agora estimulados não pelas elites políticas urbanas, mas pelos movimentos de massa.²

Sem embargo, o regime político e econômico internacional, que emergiu logo depois da Segunda Guerra Mundial, reduziu substancialmente a expectativa de vida das democracias do pós-guerra. O mundo se dividiu em campos adversários representados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, e a América Latina ficou notoriamente submetida à influência daqueles. À medida que se moldava essa ordem global mediante a criação da Organização das Nações Unidas, uma série de acordos militares, culturais, políticos e econômicos, assim como a criação da Organização dos Estados Americanos, uniu as Américas, criando um “hemisfério fechado” em um mundo cada vez mais aberto e interdependente (Green, 1971, p.291).

Ávidas por atrair investimentos externos, as elites nacionais, muitas delas comprometidas com as reformas, ofereceram pouca resistência ou oposição às duas metas da política externa de guerra fria dos Estados Unidos: conter a propagação do comunismo e, além de promover o avanço do capitalismo, assegurar o domínio norte-americano sobre esse sistema. O biênio 1947-1948 foi desfavorável à democracia global. A criação da Agência Central de Inteligência, a Doutrina Truman, a institucionalização do *apartheid*, a divisão da Índia colonial, o esclerosamento ideológico da União Soviética, o golpe comunista na Tchecoslováquia e a traição de Stalin aos *partisans* na Guerra Civil Grega são apenas alguns dos presságios que esmoreceram as esperanças criadas pela derrota do fascismo. Nos Estados Unidos, a aprovação da Lei Taft-Hartley e do National Security Act, juntamente com a rejeição do vice-presidente progressista de Franklin

² James (1988) oferece um estudo extraordinário da socialização dos direitos liberais na Argentina, e Costa (1985) apresenta uma análise clássica das interpretações contraditórias do liberalismo brasileiro e suas consequências.

Delano Roosevelt, Henry Wallace, pelo Partido Democrata, assinalaram o retrocesso do *New Deal*. Não admira que o socialista Michael Harrington tenha dito que 1948 foi “o último ano da década de 1930” (Bethell & Roxbourough, 1992b, p.332). Os acontecimentos não se mostraram menos funestos na América Latina, já que 1947 marcou o início de uma reação em âmbito continental. No Peru e na Venezuela, os governos eleitos foram depostos por golpes militares. Os países que conservaram as instituições democráticas guinaram abruptamente para a direita. No Chile, em 1947, o presidente Gabriel González Videla deflagrou um ataque violento contra os mineiros de carvão em greve e seus antigos aliados comunistas, destruindo uma coligação de frente popular que elegera três presidentes desde 1938. Os partidos reformistas perderam o dinamismo, enquanto os governos passavam a intervir nas paralisações trabalhistas, a aprovar leis que restringiam o direito de greve e a pôr na ilegalidade ou a reprimir os partidos comunistas. Os sindicatos expulsaram os militantes de suas fileiras, ao passo que as confederações operárias se cindiram ou se sujeitaram ao controle governamental. Em 1954, a maioria dos países latino-americanos era novamente governada por ditadores.

Embora tenha assumido formas específicas em cada nação, a coalizão contra-revolucionária emergente geralmente era patrocinada pela classe dos proprietários rurais, pelos militares, pela hierarquia eclesiástica e por capitalistas manufatureiros e industriais que, anteriormente, podiam ter favorecido a reforma, mas agora aspiravam à estabilidade a fim de atrair o investimento externo.³ Democracia e desenvolvimento, promessas que até poucos anos antes pareciam indissolavelmente ligadas, tornaram-se quase incompatíveis. Para criar um clima estável de investimento e na falta de um Plano Marshall latino-americano, os governos locais reprimiram as agitações dos trabalhadores e outras formas de mobilização popular que, em muitos países,

³ Loveman & Davis (1989) descrevem os militares latino-americanos colocando-se acima da política e apresentando-se como um baluarte contra o pluralismo divisivo.

havam se intensificado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Simultaneamente, as estreitas relações políticas e militares com os Estados Unidos aumentaram continuamente a capacidade repressiva das forças de segurança latino-americanas. Mesmo antes da criação da CIA em 1947, o FBI começou a relaxar a vigilância dos grupos nazi-fascistas, do período da guerra, transferindo-a para os partidos comunistas, numa brusca ruptura da aliança dos Estados Unidos com a esquerda contra a direita na América Latina. O que era conveniente em 1944 tornou-se inaceitável em 1947. As embaixadas norte-americanas puseram-se a pressionar os governos para que proscrevessem os partidos comunistas, os quais, não obstante seu autoritarismo interno, geralmente eram os mais veementes advogados da liberalização política. Os interesses locais se aproveitaram dessa mudança de maré para desencadear uma reação que almejava restaurar não só sua autoridade econômica, mas também as culturas de submissão por eles controladas. Não se pode superestimar a importância da interseção entre interesses nacionais e internacionais no refreamento da democracia latino-americana. Na Guatemala, por exemplo, um dos motivos pelos quais a Revolução de Outubro resistiu, nos primeiros anos, aos contra-ataques da oposição conservadora foi o fato de o Partido Comunista, fundado somente em 1949, não ter servido de bode expiatório para unir a oposição local à estrangeira.

Portanto, a Revolução de Outubro é duplamente importante. Além de engendrar uma das democracias mais inspiradoras do pós-guerra, teve, em 1954, a triste distinção de sofrer a primeira intervenção norte-americana na América Latina durante a guerra fria, uma operação ambiciosa que se valeu não só do tradicional poder militar, econômico e diplomático dos Estados Unidos para depor Jacobo Arbenz, um presidente eleito democraticamente, como de técnicas inovadoras tomadas de empréstimo à psicologia de massa, à mídia e à publicidade. Todavia, em forte contraste com o rápido sucesso dessa operação, não foi tão fácil remover o rescaldo da Revolução de Outubro. As esperanças abortadas e as reformas frustradas geraram uma perspectiva so-

cial democrática que inspirou sucessivas gerações de ativistas e revolucionários. A elas, porém, opuseram-se as agora robustecidas forças de segurança e inteligência da Guatemala. De 1954 em diante, todas as ações políticas – a favor ou contra o *status quo* – foram demarcadas conforme as prioridades da guerra fria. A política fugiu rapidamente ao controle à medida que o esforço para restabelecer o governo democrático deu lugar a uma guerra civil de quatro décadas entre os rebeldes de esquerda e o Exército.

A deposição de Arbenz foi um passo decisivo rumo à radicalização da política continental, assinalando a destruição de uma das últimas – e, sem dúvida, a mais influente – democracias instituídas no ciclo reformista de 1944-1946. Isso confirmou a suspeita crescente, entre muitos democratas e nacionalistas, de que os Estados Unidos eram menos um modelo a ser imitado do que um perigo a ser temido e levou a táticas mais militantes nos dois lados separados pela guerra fria. Che Guevara, que presenciou a destruição da Revolução de Outubro, desafiava reiteradamente os Estados Unidos em seus discursos, afirmando que “Cuba não será uma Guatemala”. Aqueles, por sua vez, tentariam repetir a operação de 1954, sete anos mais tarde, com a desastrosa invasão da Baía dos Porcos. Durante as três décadas subsequentes, os Estados Unidos continuaram suprindo as forças de segurança guatemaltecas de equipamento, treinamento e financiamento, mesmo quando a repressão se tornou feroz. As práticas ensaiadas na Guatemala – como as operações secretas de desestabilização e os esquadrões da morte dirigidos por agências de inteligência profissionalizadas – propagaram-se por toda a região nas décadas subsequentes. Por mais que lamentasse o Vietnã como um fracasso, Washington seguiu considerando a Guatemala um sucesso. Na década de 1980, a escalada final do conflito entre as superpotências transformou o país, assim como a Nicarágua e El Salvador, num dos últimos campos de extermínio da guerra fria.

A importância da deposição de Arbenz, em 1954, acentua-se quando comparada com um fato ocorrido no mesmo ano do outro lado do planeta. Em maio daquele ano, a derrota

imposta à França pelos vietnamitas, em Dien Bien Phu, assinou a entrada dos Estados Unidos no conflito que, no início da década de 1970, restringiria o alcance imperial de Washington. Um mês depois, o país empreendeu sua primeira grande intervenção da guerra fria na América Latina. No curso dessa guerra, a história do Sudeste Asiático e a da América Latina refletir-se-iam mutuamente, como gêmeos separados ao nascer, que vivem vidas violentamente diferentes, mas acabam tendo o mesmo trágico destino. O governo Kennedy discutiu a escalada no Vietnã à sombra da Revolução Cubana de 1959 e da crise que se seguiu. Os consultores da CIA – encarregados de treinar a polícia e as forças armadas freqüentemente ligadas aos esquadrões da morte – percorreram países como Guatemala, Venezuela, Bolívia, Tailândia, Laos, Indonésia e Vietnã do Sul. E os militares latino-americanos imitaram os massacres, a política de terra arrasada e os programas de aldeias estratégicas empregados contra o vietcongue.

Mas, à diferença da intervenção direta no Sudeste Asiático, Washington continuou delegando o trabalho administrativo em seu próprio hemisfério. Por vezes, os Estados Unidos ameaçaram abandonar essa estratégia. Quase invadiram Cuba em 1962 e chegaram a despachar *marines* para a República Dominicana, em 1965, a fim de impedir que uma crise separatista produzisse um novo Fidel Castro. Mas, na maior parte das vezes, os agentes norte-americanos ficavam escondidos, deixando que seus representantes latino-americanos continuassem a administrar o hemisfério. No lugar da devastação diretamente infligida ao Laos, ao Camboja e ao Vietnã, Kennedy e seus sucessores optaram pela estratégia de fortalecer as forças policiais e militares latino-americanas, no esforço para conter as ameaças insurgentes reais e imaginárias. A partir do início da década de 1960, esses militares, geralmente com o consentimento tácito ou a assistência direta dos Estados Unidos, destituíram os regimes reformistas – por exemplo, no Brasil em 1964, no Chile em 1973 –, impondo os governos militares das décadas de 1970 e 1980. Mas foi na América Central, na esteira da derrota no Vietnã, que a estratégia sucedânea de Washington chegou à sua expressão mais horrenda.

1. A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

É difícil avaliar a importância quase mítica que têm os “dez anos de primavera” (1944-1954) para a política e a identidade guatemaltecas na atualidade. Em 1944, um movimento liderado por estudantes, professores, militares reformistas e a classe média emergente alijou Jorge Ubico do poder, assim como o seu pretense sucessor Federico Ponce.¹ Durante uma década, governados por dois presidentes eleitos democraticamente – Juan José Arévalo (1945-1950) e Jacobo Arbenz Guzmán (1951-1954) –, os guatemaltecos gozaram de liberdade e esperança inéditas. Os socialistas liberais e radicais implementaram uma série incrivelmente ambiciosa de reformas políticas e econômicas destinadas a tornar a Guatemala um país inclusivo e moderno.

Fortalecidas por uma classe média empenhada em levar a cabo as promessas de democracia e desenvolvimento, três linhas superpostas de pensamento político se uniram, no meado do século, para promover a convicção de que um Estado intervencionista podia transformar a Guatemala em uma nação democrática moderna.

Em primeiro lugar, a antiga tradição indigenista do país se havia radicalizado na metade do século. Tal como no México, intelectuais ladinos – guatemaltecos não considerados maias, que se vestiam à ocidental e falavam espanhol –, como David Vela e Miguel Ángel Asturias, passaram a dar ênfase aos motivos sociais e estruturais do fracasso da assimilação dos indígenas à vida nacional.² Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a Guatemala

¹ Para os melhores trabalhos sobre a Revolução de Outubro, ver Gleijeses (1991, p.8-29), Handy (1994), Foster (2001, p.12-34), Aragón (1995) e Aragón (1956).

² Ver Asturias (1971), no qual o autor argumenta em favor da miscigenação. Em *El señor presidente* (1959), embora continue descrevendo os indígenas como

era uma das sociedades mais racistas da América Latina. Depois de quase um século de agricultura cafeeira, a população maia, majoritária, viu-se reduzida à condição de proletariado sazonal dos latifúndios, excluída da vida política e cultural e sujeita a uma série de mecanismos de trabalho forçado, como a servidão por dívida e as leis de vadiagem. Morava em aldeias do altiplano, à mercê da crescente escassez de terra, e migrava para trabalhar nas plantações de café, depois de algodão e açúcar, no piemonte e nas planícies litorâneas. Os indígenas praticamente não tinham acesso à educação e à assistência médica e, em geral, eram analfabetos. A maioria das mulheres maias não falava espanhol, ao passo que os homens não conheciam senão rudimentos do idioma. A riqueza estava concentrada – quase sempre na forma de grandes propriedades rurais – nas mãos de uma pequena oligarquia branca, e o poder político era exercido pelos ladinos. A crítica a esse sistema social explorador – e ao tratamento dispensado aos indígenas pelos latifundiários nacionais e estrangeiros – passou a ser um tema predominante na literatura indigenista. Os reformistas preconizavam o aumento da intervenção estatal (por exemplo, a fundação do Instituto Indigenista Nacional, calcado no Instituto Nacional Indigenista mexicano) com o objetivo de proteger e assimilar o indígena. Estimulada pelo reconhecido sucesso do agrarismo mexicano, a reforma agrária tornou-se o ponto central desse programa.

Em segundo lugar, as reformas refletiam a convicção dos economistas desenvolvimentistas da metade do século, muitos deles filiados à Comissão Econômica para a América Latina da ONU (Cepal), segundo a qual a modernização econômica e política poderia ser conseguida por um Estado forte e ativista. As reformas agrária e trabalhista, que limitariam o poder da burguesia “feudal”, tornando obrigatório o investimento nas relações anônimas manietadas por suas próprias patologias psicológicas, Asturias traz o debate sobre o “problema indígena” para a esfera da política nacional examinando o impacto de décadas de corrupção e ditadura. Em sua famosa “trilogia da banana” (*Viento fuerte* (1950), *El papa verde* (1954), *Los ojos de los enterrados* (1960)), ele desloca a discussão para o domínio econômico.

ções produtivas e criando um mercado interno de bens produzidos localmente, seriam fundamentais para esse objetivo. Por fim, os comunistas e os socialistas radicais, que tiveram um papel importantíssimo no governo de Arbenz, sustentavam que as reformas eram necessárias para completar a transição rumo à modernização capitalista, uma posição característica dos partidos comunistas latino-americanos da época.³

DA DITADURA À DEMOCRACIA

Nos treze anos de governo de Jorge Ubico (1931 a 1944), o Estado tratou de estender cada vez mais sua soberania à vida pessoal e social dos cidadãos. A maioria dos historiadores descreve o governo de Ubico como uma franca ditadura. Seu governo se apoiava em uma extensa rede de espíões, no uso regular da tortura, em prisões arbitrárias e execuções públicas. Ele ampliou o Exército e a burocracia governamental, militarizou a educação pública e impôs rigorosamente diversas leis de vadiagem destinadas a garantir mão-de-obra barata, muitas vezes gratuita, para os latifúndios e as obras públicas.

Com muita frequência, apresenta-se a Revolução de Outubro de 1944 como uma reação a esse sistema repressivo, no entanto, até certo ponto, o que gerou a revolta foi justamente o estigma perverso de liberalismo do ditador. O longo governo de Ubico colocou duas conhecidas concepções de Estado em oposição direta. Por um lado, muitos camponeses, na maioria indígenas, não viam senão a natureza rapace do Estado, que existia para arrecadar cada vez mais impostos e taxas e para impor vínculos de opressão ao trabalho. Por outro, por causa da influência dos ideais de justiça e igualdade que, pontuados pelas revoluções russa e mexicana, tinham alcançado um novo ápice na década de 1920, muitos líderes camponeses, sindicalistas e reformistas da classe média passaram a agir como se o Estado fosse potencialmente libertador, o único meio viável de contra-arrestar a impunidade dos fazendeiros. A idéia de que o

³ Foram os ativistas e intelectuais do PGT que elaboraram a legislação e tiveram um papel decisivo em sua implementação. Ver Porras (1992).

governo tinha a função de estabelecer a ordem e a justiça na vida cotidiana calava fundo na sociedade guatemalteca, fundindo concepções coloniais de bem comum com o nascente nacionalismo liberal.

A sociedade governada por Ubico produziu uma geração de políticos, muitos deles educados em suas escolas e treinados em seu Exército, que esperava que o governo ministrasse justiça. As lideranças dessa geração encontravam-se não só na cidade da Guatemala, onde comandariam as primeiras arremetidas da Revolução de Outubro, como também nas regiões mais remotas do país, nas quais os ativistas tardariam mais a realizar algumas promessas da revolução. A brutalidade repressiva de Ubico não só não conseguiu eliminar as expectativas de um Estado promotor da justiça, como a inserção de seu governo em todos os aspectos da vida social originou, inevitavelmente, tais esperanças. Nesse sentido, a Revolução de Outubro, principalmente levando-se em conta a cautela das primeiras reformas, foi menos uma ruptura com o Estado de Ubico do que o cumprimento de sua promessa de intervir e abater o poder privado dos latifundiários locais.

Consideremos o Código do Trabalho da Guatemala, de 1947. Mesmo oferecendo proteção plena somente aos empreendimentos em grande escala, não deixou de ser um divisor de águas na história republicana do país. Garantiu o direito sindical e de greve (posto que também o restringisse), protegeu contra as demissões arbitrárias, impôs a semana de 48 horas, regulamentou o trabalho infantil e das mulheres e fixou normas de salubridade e segurança no local de trabalho. Mais importante ainda: pela primeira vez, o Estado passou a oferecer um canal de reparação das injustiças trabalhistas que não dependia do paternalismo do Executivo nem dos funcionários públicos locais. O herdeiro de um grande cafeicultor disse: "Se meu avô ressuscitasse hoje e eu lhe mostrasse o Código do Trabalho, ele tornaria a morrer de susto".

Uma avalanche de indagações e queixas se abateu sobre o recém-criado Ministério do Trabalho, buscando definir os di-

reitos dos trabalhadores e os limites da intervenção estatal nas relações de trabalho. A Robert H. Hay Co., que explorava petróleo na selva de Petén, queria saber se era obrigada a fornecer alimento aos empregados migrantes. As câmaras municipais perguntavam se os alcaides auxiliares, nas fazendas, deviam ser pagos pela municipalidade ou pelos proprietários. O sindicato da Compañía Agrícola de Guatemala pediu esclarecimento sobre diversos pontos referentes às horas extras: como remunerar o trabalho aos domingos? O empregado que se recusar a trabalhar no domingo pode ser demitido? Qual era a diferença legal entre falta e ausência por motivo de doença? Um fazendeiro indagou se podia deduzir os honorários médicos do meio salário pago ao trabalhador doente. "Quando chove e se interrompe o trabalho, nós temos de pagar a diária integral?", perguntou outro. "A jornada de oito horas inclui o almoço?" Muitas questões se referiam ao direito dos colonos sobre sua produção de subsistência: os proprietários desejavam saber se os *mozos* que deixassem o emprego para trabalhar em outra fazenda perdiam o direito de colher seu milho ("Não!", exclamou um funcionário do ministério à margem de uma carta desse teor). Outros *finqueros* perguntavam quantos dias deviam ceder aos colonos para o plantio, a manutenção e a colheita das culturas de subsistência.

A maior parte dos estudos do movimento trabalhista da Guatemala, durante a Revolução de Outubro, concentra-se nos grandes sindicatos rurais, industriais e profissionais — os empregados da United Fruit Company, os ferroviários e os servidores públicos. No entanto, os empregados dos segmentos menores e economicamente irrelevantes também trataram de se beneficiar do código.⁴ Os lenhadores e *chicleros* de Petén, as enfermeiras dos hospitais pediátricos, os taxistas e os motoristas de ônibus, os salineiros, os empregados das pequenas oficinas artesanais e até os barqueiros dos lagos Izabál e Atitlán fundaram sindicatos. O trabalho marginal de muitas dessas associações contrastava com a ambição de suas palavras de ordem: "Pela

⁴ Taracena Arriola (1982) descreve o início do movimento operário guatemalteco.

libertação econômica e a justiça social na Guatemala", proclamava o cartaz de um sindicato de confeitores. Em 1944, quase não havia sindicatos. Em 1954, nada menos que trezentos mil trabalhadores estavam inscritos nos cerca de dois mil sindicatos rurais e urbanos: constituindo mais de 60% do conjunto do eleitorado em 1950, o sindicalismo organizado passou a deter, subitamente, um poder político decisivo.

Nos quatro meses que se seguiram à adoção do Código, o Ministério do Trabalho interveio em 281 conflitos. Muitos deles não passavam de pequenas demandas. Em Santa Cruz de Quiché, localidade distante das zonas agroindustriais do país, a empregada doméstica Justa Pú, de onze anos, largou o emprego de dois centavos por dia por ter sido maltratada pela patroa Josefa Tamúp. Esta lhe devia um mês de salário, e o pai da menina escreveu ao ministério, solicitando ajuda para receber a diferença. Em 1948, os funcionários do armazém de secos e molhados Tienda La Chichicasteca – também situado no interior – queixaram-se porque o patrão não lhes havia dado férias, não os incluía no programa de seguridade social nem tinha equipado a loja com um *kit* de primeiros socorros. E, em 1951, a viúva Raymunda Rivas convenceu o ministério a obrigar o patrão de seu finado marido a arcar com as despesas do funeral. Esses pequenos sindicatos e conflitos insignificantes não tiveram grande impacto sobre a economia e o desenvolvimento. O Ministério do Trabalho rejeitava a maior parte de tais disputas, alegando que estavam fora de seu alcance legal ou prático. No entanto, elas revelam até que ponto iam as expectativas de uma justiça mediada pelo Estado, as quais se estendiam a alguns dos cidadãos mais vulneráveis do país.

O Código do Trabalho da Guatemala era fundamentalmente moderado – até mesmo a embaixada dos Estados Unidos reconhecia que era justo e adequadamente reformista. Por garantir os benefícios e as proteções mais importantes aos operários industriais ou aos empregados permanentes dos grandes latifúndios, impedia, para o desalento dos democratas mais radicais, possíveis alianças entre operários e camponeses. Do mesmo

modo, a debilidade do Ministério do Trabalho contribuía para a diluição dos efeitos da legislação. Carente de pessoal e verbas, concentrava sua vigilância na cidade da Guatemala e nos latifúndios do litoral sul e atlântico. Alta Verapaz, com fazendas sem estradas, cujo acesso demandava dias a cavalo ou de canoa, ficou praticamente esquecida. A hostilidade e o poder dos latifundiários, que, na maior parte dos casos, seguiam controlando os governos municipais, reforçaram esse isolamento. Como observou Arbenz num discurso de campanha em 1950, Alta Verapaz era o exemplo mais extremo do poder da oligarquia rural. Mas esse poder era extremo em grau, não em espécie. Apesar dos oito anos de legislação reformista, em toda a Guatemala, os grandes fazendeiros conseguiram manter forte controle sobre os trabalhadores rurais. Só em 17 de junho de 1952, com a aprovação pelo Congresso do Decreto 900, da Reforma Agrária, essa autoridade foi fundamentalmente abalada.

O PARTIDO COMUNISTA

Até recentemente, os estudiosos que buscavam responder por que os Estados Unidos intervieram na Guatemala em 1954 concentraram-se na ameaça que a reforma agrária representou para os interesses econômicos norte-americanos, particularmente para a United Fruit Company. Ulteriormente, porém, os historiadores passaram a enfatizar a influência crescente do Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT) – o partido comunista – sobre a sociedade guatemalteca e sobre Jacobo Arbenz, o sóbrio e pacato coronel do Exército escolhido pela coligação revolucionária para suceder Arévalo. Conquanto não cessasse de se queixar primeiro da legislação trabalhista, depois da reforma agrária, a United Fruit não teve senão um papel periférico na decisão de Eisenhower de combater Arbenz. Segundo essa perspectiva, os Estados Unidos nem desprezavam o tipo de nacionalismo terceiro-mundista incorporado pelo presidente guatemalteco, receando uma distribuição mais democrática do poder político, nem se mobilizaram em defesa de interesses econômicos privados. Foi mais o anticomunismo da guerra fria, assim

como uma avaliação precisa da força do Partido Guatemalteco do Trabalho, que mobilizou os agentes norte-americanos. Mas, em última instância, esse debate é duvidoso e serve para dissimular o fato de que não se pode separar o anticomunismo da guerra fria da economia política da guerra fria. As interpretações inclinadas a enfatizar a cultura política da guerra fria, em oposição aos relatos menos otimistas da motivação dos Estados Unidos, geralmente omitem um ponto-chave: sem o PGT, não teria havido uma expansão significativa da democracia na Guatemala.

O primeiro partido comunista do país, formado em 1922, foi aniquilado por Ubico dez anos depois. Em 1949, liderados por José Manuel Fortuny, jovens professores e estudantes da classe média, a maioria dos quais havia atuado no Partido de Ação Revolucionária (PAR, a organização revolucionária mais agressivamente reformista), reuniram-se clandestinamente para criar aquele que ficaria conhecido como o Partido Guatemalteco do Trabalho (Arévalo reprimira uma tentativa anterior de organização de um partido comunista). Segundo os autores anticomunistas e os funcionários norte-americanos, Arbenz e os jovens que organizaram o PGT eram a melhor coisa que a Revolução de Outubro tinha a oferecer. A CIA considerava o presidente “inteligente” e “culto”. Um adversário do PGT reconheceu que Victor Manuel Gutiérrez, o líder comunista da Confederação Nacional do Trabalho, era honesto, humilde e respeitado pelos trabalhadores guatemaltecos. O chefe substituto da embaixada dos Estados Unidos recordou que os políticos não-comunistas

eram um grupo de canalhas de primeira ordem, indolentes, ambiciosos, meros parasitas palacianos atrás de dinheiro. Os capazes de trabalhar, os que tinham senso de orientação, idéias, e sabiam onde queriam chegar, eram Fortuny e seus amigos do PGT: gente muito correta, muito comprometida. Foi essa a tragédia: os únicos que tinham compromisso com o trabalho árduo eram, por definição, os nossos piores inimigos.

Descrições de Arbenz e de outros líderes do PGT relatam métodos respeitosamente democráticos no relacionamento po-

lítico com os que os apoiavam. Tratava-se de homens que, por opção ou intuição, rejeitavam o caudilhismo paternalista característico do comportamento de muitos políticos guatemaltecos. Tal estilo se evidenciava nos discursos de Arbenz, que fazia questão de tratar o público de marginalizados como seres humanos capazes de tomar decisões próprias. Por exemplo, em 1950, num comício de campanha em Alta Verapaz, ele contou a seus ouvintes *q'eqchi* que o haviam aconselhado a não perder tempo discursando ali, já que todos acabariam votando como lhes fosse mandado, sem saber se estavam escolhendo “o candidato da revolução ou o da reação”. E concluiu afirmando que tinha “fé em que vocês retornarão a suas aldeias para dizer que existem homens que não vêm aqui somente para pedir votos, mas porque se preocupam com os seus problemas – quer vocês votem em mim ou não”. Semelhantes sentimentos não só eram necessários em um país que padecera décadas de fraude, ditadura e pobreza, como eram praticamente insurgentes numa estrutura política que esperava pouco mais que a manipulação e o oportunismo dos governantes.

Embora o partido crescesse aceleradamente – de menos de cem filiados em 1950 para cinco mil em 1954 – e obtivesse apoio expressivo sempre que apresentava candidatos a eleições locais ou nacionais, sua verdadeira força provinha da aliança fortuita com Arbenz, que o legalizara, e de seu compromisso com a reforma. Mesmo sem nunca ter elegido mais do que quatro deputados no Congresso Nacional, o PGT teve muita influência na elaboração e na aprovação da legislação mais democrática da Revolução de Outubro, principalmente na da reforma agrária. Ainda que não tenha conseguido controlar as confederações sindicais nem exercer altos cargos no governo, geralmente eram os militantes do partido os que mais se empenhavam na realização das reformas da revolução. O ex-ministro do Trabalho Alfonso Bauer Pais conta que os únicos fiscais do trabalho incorruptíveis eram os membros do PGT, os quais, em virtude de sua “disposição para trabalhar diretamente com a população rural, tiveram um papel importantíssimo no avanço da revolução”.

Apesar de sua importância, o PGT não era senão parte de um universo democrático mais amplo. Qualquer partido viável se proclamava social-democrata, delineava um ou outro projeto de reforma agrária e se punha a disputar o apoio subitamente decisivo dos sindicatos. Todos os jornais se sentiam à vontade para lançar mão de termos como “proletariado”, “senhores feudais” e “reacionários”, tinham seções inteiras dedicadas ao campesinato e à classe trabalhadora e apoiavam, pelo menos nominalmente, as metas modernizantes da Revolução de Outubro. Muitos ativistas do interior, tanto em Alta Verapaz como em outras partes, faziam segredo de sua filiação ao PGT quando estavam trabalhando num sindicato ou no PAR. Isso era necessário em virtude do anticomunismo profundo que imperava no campo desde 1917. No entanto, a extrema facilidade com que essa gente passou a transitar entre o PGT e os outros partidos reformistas, a partir de 1954, indica que a “dupla militância”, como a denomina Bauer Pais, era menos um artifício estratégico do que um testemunho do papel orgânico do PGT no movimento reformista da Guatemala. E acrescenta, “no tempo de Arbenz e mesmo depois, o PGT era a expressão máxima do nosso elã revolucionário, o qual floresceu a partir das guerras mundiais e do movimento sindical da década de 1920. Eu nunca me filiei, mas tinha boas relações com seus líderes”.

O idealismo, que impulsionava os fundadores do PGT, fortaleceu-se com uma visão irresistível de modernismo político e econômico, e foi justamente isso que atraiu Arbenz, o candidato a presidente da República. Fortuny conta que, antes da campanha eleitoral, Arbenz começou a receber os jovens comunistas em casa e a interrogá-los sobre sua plataforma e suas idéias. Fortuny lhe explicou que a América Latina era “semicolonial” e que a principal tarefa era “abolir as relações de produção retrógradas ou heranças do feudalismo e do colonialismo” (Flores, 1994, p.187). A Guatemala reclamava “uma mudança profunda na estrutura agrária” que distribuisse as terras improdutivas aos camponeses, “aumentando sua capacidade de consumo”. Fossem quais fossem os limites das estratégias econômicas de substitui-

ção de importações, historicamente importante era a coesão e a coerência da visão de desenvolvimento do PGT em comparação com a dos demais partidos políticos guatemaltecos. “Os outros partidos não faziam senão se enredar na fraseologia”, diz Fortuny, “falavam em liberdade, justiça e democracia, mas sempre em termos abstratos”. Afinal de contas, “essa retórica opaca nada tinha a dizer” a um homem prático como Arbenz, que não demorou a encarregar Fortuny de redigir seus discursos de campanha (ibidem, p.189). Tudo indica que o que atraiu boa parte da elite política guatemalteca foi o caráter pragmático do marxismo, que parecia tornar viável a emancipação social, não seu distante utopismo teórico.

A REFORMA AGRÁRIA

A lei de reforma agrária do PGT, que entrou em vigor em junho de 1952, buscava fazer avançar o capitalismo nacional mediante a extensão da democracia à zona rural. Com a criação de uma estrutura administrativa destinada a debilitar o férreo controle dos latifundiários sobre a vida no campo, a reforma esperava dar condições aos camponeses de exigirem melhores salários nas grandes fazendas. Acreditava-se que uma remuneração melhor não só transformaria os trabalhadores rurais em consumidores da indústria nacional, como obrigaria os fazendeiros, adeptos históricos da mão-de-obra e da terra baratas e muitas vezes gratuitas, a investir em novas tecnologias e racionalizar a produção a fim de lucrar. A peça principal da visão de modernização democrática do PGT foi a criação dos Comitês Agrários Locais ou CALs, incluídos na lei de reforma agrária por iniciativa do PGT. Este também introduziu na legislação final a controvertida provisão que concedia a terra aos camponeses em caráter de posse vitalícia, não como propriedade privada. Tal medida tinha como objetivo tanto impedi-los de vender as parcelas quanto preparar o terreno para uma futura sociedade coletivista. Como a reforma agrária foi efêmera, a provisão não teve maiores conseqüências, a não ser a de servir de catalisador do crescente movimento anticomunista, que se dizia favorável

a uma reforma agrária fundada na propriedade privada da terra. Contornando as instituições controladas pelos interesses dos latifundiários, como os governos municipais, o Congresso e os tribunais, os CALs subverteram as relações rurais de domínio e submissão. Eles recebiam dos camponeses e dos sindicatos a solicitação inicial de terra, examinavam a documentação, procediam a uma vistoria e encaminhavam sua recomendação ao Comitê Agrário Departamental ou CAD, que determinava a desapropriação. Os fazendeiros, por sua vez, tinham o direito de recorrer das decisões, primeiro perante o Conselho Nacional de Supervisão da Reforma Agrária, depois perante o presidente da República, que a legislação definia como "o árbitro final de todas as disputas". A própria composição dos CALs também alterou o equilíbrio do poder no campo. Eles eram formados por cinco membros, sendo três indicados pelos sindicatos rurais e os dois restantes pela municipalidade e pelo governador do departamento. Muitas vezes, uma pessoa era, ao mesmo tempo, presidente do sindicato e do CAL, de modo que praticamente nada separava as duas instituições. Em outras palavras, com frequência, o líder sindical que solicitava terra era o representante do governo encarregado da apreciação inicial da petição.⁵

A PERSISTÊNCIA DO PODER DOS LATIFUNDIÁRIOS

Apesar da reforma agrária, o poder dos latifundiários persistiu em muitas áreas, graças à aplicação contínua das leis de vadiagem, ao controle sobre as roças de subsistência e a uma aliança com o clero local contra o ímpeto secularista da revolução. Em 1954, Leonardo Castillo Flores, chefe da Federação Nacional Camponesa, queixou-se do material à disposição dos fazendeiros "panfletos, folhetos, programas de rádio e jornais", que disseminavam mentiras sobre a reforma agrária: diziam que os camponeses seriam expulsos do sindicato se recebessem terra,

⁵ O Comitê Agrário Departamental também era composto por cinco membros apontados, respectivamente, pela associação dos produtores, pelo governador do departamento, pelo Conselho Nacional de Supervisão da Reforma Agrária, pela Federação Nacional do Trabalho e pela Federação Nacional Camponesa.

que deixariam de receber a cesta básica ou material para conservar suas casas caso se sindicalizassem e que o governo lhes tomaria a mulher e os filhos. Castillo Flores também denunciou as tentativas de dividir a população rural pela oferta de melhores salários para os trabalhadores leais e por meio de boatos, segundo os quais as terras distribuídas pelo Decreto 900 seriam invadidas pelos camponeses livres. Do mesmo modo, a rotineira violência física e verbal diluiu a eficácia da democracia política local, desgastando os ativistas com fustigos, pequenos porém constantes. Apesar do estabelecimento de redes de autoridade fora do controle dos grandes proprietários, os tribunais locais e órgãos municipais continuavam detendo um poder considerável. Um ativista recorda que os juízes de seu município reagiam às denúncias de agressões físicas apresentadas pelos trabalhadores maias tratando-os pelo coloquial *vos*, mas empregando o respeitoso *don* ao se referir aos patrões, a fim de sublinhar a situação subalterna dos *q'eqchi*: "Qué querés? Qué querés? Vamos, diga logo. Quem bateu em você?", conta Alfredo Cucul, um organizador dos camponeses maias e membro do PGT em Alta Verapaz. "Então o *don* chegava e o juiz lhe dizia 'esse *mozo* afirma que o senhor bateu nele' e o *don* ria, 'Ah, mas foi ele que me ameaçou com o machete'. 'Vos, você é que é culpado', diziam, e o indígena acabava passando uma semana na cadeia." Para muitos trabalhadores rurais, apoiar a revolução significava, efetivamente, unir-se ao Estado contra os fazendeiros, o que representava um grande risco, pois os benefícios gerados pela lealdade ao patrão geralmente eram mais tangíveis do que as promessas revolucionárias. Os fazendeiros cultivavam a subserviência protegendo os empregados contra os piores abusos do Estado, pagando impostos e taxas, obtendo para eles a dispensa do serviço militar e das obras públicas obrigatórias, defendendo-os na Justiça. Uma avaliação sensata do poder significava levar muito a sério a ameaça comum dos latifundiários, reiterada em diversas versões, mas sempre com o mesmo efeito: "Se você sair do PAR, terá casa e terra. Do contrário, rua".

A MORTE DE SANTIAGO SAQUIL

Um fato ocorrido na cidadezinha serrana *q'eqchi*-maia de San Pedro Carchá ilustra a persistência do poder do latifúndio. Trata-se do assassinato de Santiago Saquil, em 1953, por seu vizinho, o camponês ladino Emílio Alvarado, num pequeno vilarejo de Carchá. Pai de seis filhos, Alvarado sempre morou perto da família de Saquil e, tal como o vizinho, ganhava a vida como arrendatário. As duas famílias se haviam unido pelo casamento: a companheira *q'eqchi* de Alvarado, que com ele vivia havia trinta anos, era prima de Saquil, e seu irmão ladino era casado com a irmã *q'eqchi* da mulher de Saquil. Os irmãos de Alvarado falavam *q'eqchi* em casa e não ensinavam espanhol aos filhos. Cucul, que ajudou a família de Santiago nos trâmites legais, afirma com insistência que, embora Santiago fosse presidente do CAL do vilarejo e membro do sindicato rural, o conflito de Alvarado com Saquil nada tinha a ver com terra nem com economia. Segundo ele, Alvarado odiava Saquil porque este era um "líder" que não conhecia seu lugar. Santiago foi morto, conforme o depoimento de sua mulher, por ser politicamente ativo, porque "era membro do *campesinado*". Aliás, ressalta Cucul, Alvarado poderia ter se beneficiado com a reforma agrária, mas se opôs a ela porque era ladino e se considerava "*más que uno*" — melhor do que os outros.

A prisão de Alvarado pelo assassinato de Saquil tornou-se uma *cause célèbre* em Alta Verapaz e contribuiu para unificar diversas correntes de sentimento anticomunista. Os sacerdotes católicos de Carchá celebraram missas por sua libertação, aproveitando a oportunidade para pregar contra a *comunidad* e a reforma agrária. Arturo Nuila, fazendeiro, advogado e um dos homens mais poderosos de Cobán, prontificou-se a defender Alvarado gratuitamente. Embora vivesse num mundo muito distante da existência campesina de Alvarado, uniu-os a oposição ao insolente *q'eqchi*. O julgamento foi uma oportunidade de mesclar publicamente estereótipos de racismo com os temores anticomunistas, uma mistura letal que se tornaria cada vez mais tóxica nas décadas que se seguiram a 1954. Nuila organi-

zou um verdadeiro desfile de testemunhas tendenciosas no tribunal. *Q'eqchis* rurais, ladinos ilustres e clérigos de Carchá asseveraram que Saquil era "belicoso e agressivo", "corpulento e forte", "vivia alcoolizado", era "descontrolado, intratável e truculento" e "um homem hostil". Pouco depois da deposição de Arbenz, Nuila impetrou a suspensão das acusações contra Alvarado. Segundo ele, a família de Saquil "foi mal aconselhada por Alfredo Cucul, o líder instigador". Seu cliente tinha "uma conduta impecável e se viu obrigado a cometer um ato lamentável por causa das atitudes injustificáveis de um líder comunista animado pelas circunstâncias prevalecentes no país naquele período". Os jornais anticomunistas de Cobán, *El Sulfato* e *El Impacto*, fizeram campanha pela libertação de Alvarado, a qual se efetivou em fevereiro de 1955. A única coisa que ele fez, comentou *El Impacto*, foi "matar um líder comunista".

Cucul, um membro e organizador *q'eqchi* do PGT na região predominantemente maia de Alta Verapaz, insiste em que a reforma agrária contou com o apoio expressivo dos *q'eqchis*. Quando lhe perguntam quem se opunha a ela, a resposta é: os ladinos. Quando indagam se algum *q'eqchi* foi contra a reforma, ele confessa que uns poucos, mas eram ricos e viviam no centro de Carchá. Quando interrogado sobre os *q'eqchis* rurais que testemunharam em favor de Alvarado ou por que seu suposto apoio desapareceu rapidamente após a queda de Arbenz, Cucul reconhece que alguns deles eram contra a revolução: "não sabiam o que faziam, aderiram a ambos os lados. Alguns eram muito apegados aos patrões. Eram como cães que obedecem quando recebem a ordem de latir. Faziam o que lhes mandavam".

Desde o começo, a Revolução de Outubro gerou adversários naturais não só entre os que lucravam com a velha ordem, mas também entre os que achavam segurança e significado em sua hierarquia e autoridade. À medida que a revolução progredia, uma defesa difusa da disciplinada segurança do latifúndio e uma hostilidade a quem desafiava a hierarquia social cindiram as linhas de classe e etnia, unindo homens tão diferentes como Nuila (um rico fazendeiro e advogado) e Alvarado (um campo-

nês analfabeto e diarista). As divisões de raça e classe mostraram-se potencialmente tão fortes que chegavam a indispor partidários da Revolução de Outubro entre si. Por exemplo, o organizador da comemoração de 1º de Maio em Cobán, em 1953, contou que os “escassos” burocratas do governo que compareceram se recusaram a “desfilear com os companheiros mais humildes [camponeses]”, comportando-se como “aristocratas infames”.

Na tentativa de enfraquecer o considerável poder que os latifundiários continuavam exercendo sobre a população rural, o Decreto 900 investiu os ativistas agrários locais de uma considerável porção de poder não regulamentado. Esses ativistas geralmente recorriam à sua autoridade de líderes comunitários, políticos ou patriarcas para mobilizar quantidades ameaçadoras de seguidores em apoio a metas específicas, como a terra, melhores condições de trabalho, melhores salários e autonomia política. Essa mobilização destruiu e refez as relações e expectativas sociais em toda a Guatemala, mas foi nos líderes alfabetizados em espanhol, como Cucul, que ela teve maior impacto ideológico, aprimorando sua compreensão dos direitos e do poder político, contando com o apoio da intervenção estatal. Apesar da difusão de partidos, sindicatos e CALs, essa mobilização foi conseguida utilizando-se muitas das mesmas relações hierárquicas de submissão e obrigação que estruturavam a sociedade rural – hierarquias que não foram questionadas em seus fundamentos.

Foram muitas as causas do fracasso da breve experiência democrática da Guatemala. À diferença do México, as elites não chegaram a se unir numa coalizão partidária governante; dissensões endêmicas entre os líderes políticos redundaram em infindáveis lutas faccionárias. Embora não faltassem nacionalistas econômicos e reformistas na burguesia, não tinham força suficiente para contra-arrestar a aliança forjada entre a classe dos proprietários rurais, empenhados em reaver o poder, e o Departamento de Estado norte-americano, disposto a restaurar o *status quo ante*. Embora os objetivos das revoluções mexicana e guatemalteca fossem semelhantes, no México as décadas de violência popular obrigaram as elites a cumprirem as promessas

de reforma. Na Guatemala, sem essa violência mobilizada, algumas elites recorreram à reação e à repressão quando se esfacelou o consenso do governo em torno da reforma. Todavia, à medida que aumentavam a participação popular, a agitação e as reivindicações (ainda que sem violência popular) nos anos subsequentes a 1944, as elites reacionárias passaram a se valer efetivamente da retórica anticomunista para explorar a ansiedade da classe média com a rebelião camponesa e indígena; o Estado, por sua vez, não foi capaz de transformar a crescente participação rural na defesa das conquistas da revolução.

O Departamento de Estado e a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos se aproveitaram dessa instabilidade e dessa ansiedade para promover, planejar e executar a deposição de Arbenz em 1954. Vimos anteriormente como é improfcuo o debate sobre se foi o anticomunismo ou o interesse econômico da United Fruit Company que compeliu o governo Eisenhower a atacar Arbenz. Podemos colocar uma questão mais interessante, se bem que não menos insolúvel: a revolução teria perdido sem a intervenção dos Estados Unidos ou as contradições internas teriam imposto o seu declínio? Conquanto não haja resposta, a pergunta altera o foco, incluindo o papel dos guatemaltecos na construção de sua própria história.

por que enfraquecer?

2. A CONTRA-REVOLUÇÃO DE JUNHO

A deposição de Jacobo Arbenz, em 1954, não teria ocorrido se não fossem os Estados Unidos.¹ Houve muito menos golpes e conspirações contra Arbenz do que contra Arévalo, e, sendo oficial do Exército, aquele contava com uma lealdade muito maior dos militares do que este. Embora a autoridade crescente do PGT na política guatemalteca suscitasse ansiedade em alguns oficiais, a influência do partido nunca chegou a ameaçar a autonomia das Forças Armadas, cujos integrantes passaram a desfrutar privilégios inéditos no governo Arbenz. A agitação no campo era administrável ou, segundo certas avaliações, até tendia a declinar, e muitos anticomunistas estavam convencidos de que a influência do PGT diminuiria quando o mandato do presidente da República chegasse ao termo em 1956. Havia oposição – mais de cem mil guatemaltecos votaram no adversário de Arbenz em 1950 (este foi eleito com mais de duzentos mil votos) –, contudo, pelos cálculos da CIA, era uma oposição “passiva” e dividida. Desacreditados e desmo-

¹ A não ser quando indicado, a análise que se segue sobre o patrocínio dos Estados Unidos à derrubada de Arbenz vem das duas fontes mais abrangentes atualmente disponíveis. Gleijese (1991, p.208-360) baseou-se em documentos públicos norte-americanos e longas entrevistas com muitos protagonistas dos fatos. O livro de Cullather (1999) era originalmente um relatório interno da CIA baseado em documentos na época confidenciais. O relatório foi liberado em seguida e editado pela Stanford University Press. Ver também Schlesinger e Kinzer (1982) e Immerman (1982). Para relatos pessoais de três agentes da CIA, ver Hunt (1974), Roettinger (1986, p.50) e Phillips (1977). Em maio de 2003, o Departamento de Estado liberou 287 documentos pormenorizando o envolvimento dos Estados Unidos na operação para depor Arbenz, documentos estes que podiam ser obtidos no *site* www.state.gov/r/pa/ho/frus/ike/guat/.

ralizados, os membros da oligarquia rural hesitavam em arriscar o considerável conforto de que ainda desfrutavam numa campanha quixotesca contra um presidente popular e aparentemente estável. As associações industriais, comerciais e agrícolas, assim como os editorialistas de muitos jornais, sobretudo a partir da implantação da reforma agrária, desencadearam uma campanha incansável contra Arbenz, geralmente conclamando à franca rebelião. Mas, segundo o Departamento de Estado, esses grupos não tinham um "programa positivo". Não faziam senão fuzilar impropérios.

A COALIZÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

A AGÊNCIA

Mesmo antes da posse de Arbenz, pretensos libertadores se puseram a peregrinar constantemente à embaixada norte-americana em busca de patrocínio. Embora os diplomatas do Departamento de Estado cordialmente se recusassem, a CIA, que iniciara as operações na Guatemala em 1947, cuidou de cultivar aliados potenciais. Com a guerra fria em curso, Washington passou a encarar com crescente desconfiança o nacionalismo que impulsionava a abertura democrática na América Latina do pós-guerra e estimulou, furtivamente, o seu refreamento. Embora o moderado apoio de Arévalo aos sindicatos da United Fruit Company e sua oposição aos ditadores da América Central e do Caribe provocassem nervosismo nos funcionários norte-americanos, o fato de ele proscrever o comunismo mitigava alguns temores dos Estados Unidos. O conflito com a United Fruit Company iniciou-se imediatamente após 1944, mas recrudescceu quando a empresa taxou de discriminatório o Código do Trabalho de 1947 por isentar os produtores menores de muitas exigências e proteções. No fim da década de 1940, a empresa lançou campanhas simultâneas, tratando de difamar a Guatemala na imprensa norte-americana e fazendo *lobby*, no Departamento de Estado de Harry Truman, em prol da intervenção. Por sua vez, o governo Truman suspendeu um processo

antitruste contra a United Fruit, e esta, em contrapartida, comprometeu-se a agir duramente na Guatemala, ameaçando encerrar suas operações caso Arévalo não refreasse o nacionalismo econômico.

Em julho de 1952, um ano depois da posse de Arbenz e um mês depois da aprovação da reforma agrária, o Departamento de Estado encarregou a CIA de depor o presidente guatemalteco, mas suspendeu rapidamente a operação quando Anastasio Somoza, da Nicarágua, se pôs a falar abertamente em planos de invasão. Passado um ano, em março de 1953, um levante contra Arbenz financiado pela United Fruit Company malogrou por falta de apoio popular. A pronta debelação da revolta pelos militares resultou na desmoralização dos líderes sediciosos e no exílio ou na prisão de muitos dos melhores aliados da CIA.

Assim, em agosto daquele ano, ao decidir reiniciar a campanha contra Arbenz, o recém-empossado Eisenhower compreendeu que uma simples revolta militar ou uma invasão não daria resultado. O presidente guatemalteco e a reforma agrária eram profundamente populares, os militares estavam tranqüilos e a oposição continuava dividida. A PBSUCCESS, como se batizou a campanha, foi a mais ambiciosa operação secreta da CIA e serviria de modelo para intervenções futuras. Durou quase um ano, em contraste com as seis semanas de que a Agência precisou para depor o primeiro-ministro iraniano Mohammad Mossadeq em 1953 (Roosevelt, 1979). De Langley à Madison Avenue, os Estados Unidos mobilizaram todo seu poder para liquidar a Revolução de Outubro. Usaram a Organização dos Estados Americanos para isolar a Guatemala diplomaticamente, trabalharam com empresas norte-americanas a fim de gerar uma crise econômica no país e criaram e equiparam uma força invasora de exilados estacionados em Honduras. À procura de armas, a Marinha norte-americana passou a vistoriar todos os navios que entravam nos portos da Guatemala. A "ilegalidade flagrante" desse ato foi uma demonstração de força que não passou despercebida ao governo guatemalteco, que invocou inutilmente as leis internacionais em defesa de sua soberania. O Departamen-

to de Estado designou os embaixadores mais obstinadamente anticomunistas para a Guatemala, a Nicarágua e Honduras, ameaçando suspender as tão necessárias concessões comerciais e o crédito aos países latino-americanos que se recusassem a endossar seus planos para a Guatemala. A CIA se serviu de práticas tomadas de empréstimo à psicologia social, a Hollywood e à indústria publicitária para erodir a lealdade e gerar resistência. Os programas de rádio incitavam os funcionários públicos e os militares à traição e procuravam convencer a população guatemalteca da existência de um amplo movimento clandestino de resistência. Dizendo-se transmitidos pelas forças rebeldes desde as “profundezas da selva”, os programas eram, na verdade, gravados em Miami e transmitidos da Nicarágua. Os agentes garimpavam táticas de desinformação em sociologias *pop* e romances de espionagem. A Agência plantava notícias na imprensa guatemalteca e norte-americana e urdia ameaças de morte e sabotagens a fim de criar desavenças e confusão no governo Arbenz.

Não obstante, se bem que a contra-revolução não houvesse ocorrido sem os Estados Unidos, tampouco teria durabilidade e força se não estivesse ligada a correntes de oposição no interior da própria Guatemala. Como vimos no capítulo precedente, os latifundiários empenhados em atizar um repúdio popular à reforma agrária, as autoridades comunitárias ameaçadas pela secularização e a pluralização da política local, os revolucionários a disputarem recursos e adeptos, e os ladinos locais, ricos e pobres, procurando conter o súbito fortalecimento de “líderes” indígenas como Saquil encontraram reforço ideológico na ascensão do anticomunismo da guerra fria. No entanto, essa oposição não chegou a criar grandes líderes. Os fazendeiros estavam muito isolados e temiam agir fora do âmbito local, ao passo que os militares se mantinham leais desde que os “amigos comunistas” de Arbenz não lhes ameaçassem os interesses. Isso durou até que a Igreja Católica e os estudantes nacionalistas anticomunistas se lançaram à luta com tanto zelo quanto o gerado pela expectativa de democracia e justiça.

A IGREJA

O catolicismo não era a religião do Estado cafeeiro, e essa foi a maior vantagem da Igreja no combate à Revolução de Outubro. No século XIX e no início do XX, muitos fazendeiros que se elegeram presidentes e governadores eram católicos praticantes, mas seu vínculo com a maçonaria, o positivismo, assim como o desprezo que devotavam às instituições coloniais, levou-os, a partir de 1871, a impor a separação legal entre Estado e Igreja, a limitar a esta o direito de propriedade, a estimular o protestantismo e a restringir a participação do clero na política. Na véspera da revolução de 1944, a Guatemala contava com apenas 126 sacerdotes católicos numa população de mais de três milhões de pessoas, e quarenta deles estavam ocupados com a salvação dos 170 mil habitantes da capital (Chea, 1988, p.70).

Inicialmente, o arcebispo Mariano Rossell y Arellano viu na deposição de Ubico, em 1944, uma oportunidade de restaurar a autoridade da Igreja. No entanto, foi se tornando cada vez mais beligerante à medida que ficou claro que Arévalo não tinha intenção de revogar a antiga legislação anticlerical. Em 1945, quando o Congresso declarou que o bem-estar social deveria ser considerado um “direito” e não uma “caridade humilhante”, o clérigo desfechou um prolongado combate à Revolução de Outubro, o qual duraria uma década e culminaria com a conclamação à insurreição de abril de 1954. Mediante a divulgação ininterrupta de pastorais e sermões, Rossell y Arellano tratou de igualar Arévalo aos ditadores liberais precedentes e concebeu uma noção de miséria humana fundada não na luta de classes, mas na erosão secular das instituições e proteções coloniais, as quais, durante séculos, insistia ele, haviam dado significado, dignidade e bem-estar aos guatemaltecos. Atribuía ao Iluminismo a brutalidade da Segunda Guerra Mundial e via na vitória aliada não uma chance de consolidar a democracia, como muitos acreditavam na época, mas o anúncio do triunfo do “materialismo” ateu. A Revolução Francesa desencadeara “uma preamar de perversidade” e havia introduzido uma “liberdade sem consciência” e um “capitalismo opressor” sem “Deus nem cora-

ção". A Igreja Católica tinha um longo currículo não só de assédio ao governo, mas de defesa dos camponeses contra a expropriação liberal da terra e do trabalho, e Rossell y Arellano procurou caracterizar a Revolução de Outubro como uma extensão dessa predação: "O ódio do liberalismo à Igreja não se fundamentava tanto na oposição a suas doutrinas ideológicas quanto no papel da Igreja como protetora dos indígenas e barreira contra a ganância dos que queriam explorar o camponês".

No início da Revolução de Outubro, o anticomunismo de Rossell y Arellano era vago, voltado para remotas ameaças internacionais. Suas arengas contra o "totalitarismo ateu" geralmente erravam o alvo. Na tentativa de tomar um curso equidistante, na polarizada atmosfera da guerra fria, o arcebispo também criticou o materialismo soviético e preconizou um "socialismo espiritual" destinado a restituir aos "homens" uma "integridade a eles negada pelo conservadorismo e pelo liberalismo". Nem mesmo os revolucionários mais militantes eram jacobinos anticlericais como os existentes no vizinho México. Na Guatemala, não se verificou nenhuma tentativa de substituir a linguagem e o ritual do catolicismo por um novo culto estatal do secular, nenhum esforço para extirpar a fé religiosa. Pelo contrário, o que mais irritava o dignitário era o fato de a Revolução de Outubro, longe de rejeitar o cristianismo, tentar redefinir seu significado. Ele deplorava que os revolucionários

fizessem doações às aldeias ... apresentassem a imagem da Virgem e a chamassem de "Nossa Senhora de Carmen do PAR" ... Que gravassem a lista de candidatos a deputado no verso das medalhas do Sagrado Coração ... Que se oferecessem para reformar as igrejas dos povoados.

E em 1946, após a primeira tentativa séria de golpe de Estado, os aliados de Arévalo inundaram a Plaza Nacional de cartazes afirmando que "Jesus Cristo era socialista". Para obstar semelhante empenho em recrutar o Salvador para as fileiras democratas, Rossell y Arellano passou a articular cada vez mais uma posição que não permitia meio-termo. Ao socialismo da

alma de Arévalo, contrapôs que todas as formas de socialismo eram um anátema contra o catolicismo e não serviam senão para fomentar a guerra de classes, "semear o ódio no coração do proletariado", e não passavam de um disfarce do "ridículo e vergonhoso fantoche do comunismo".

A ameaça da política moderna obrigou a Igreja a atualizar o discurso. Rossell y Arellano tinha simpatia pelo fascismo, conquanto desconfiasse de seu apelo à ação política das massas. No entanto, estava disposto a recorrer a instrumentos políticos contemporâneos, como o sufrágio e a educação, na medida do necessário para não ser atropelado pela modernidade. Embora apelasse para um passado que restaurasse devidamente a Igreja como a guardiã da moralidade e mediadora dos conflitos, arremou suas táticas no presente. Pregava contra o efeito divisivo do pluralismo democrático, alegando que "a liberdade ao sabor do capricho de cada indivíduo, longe de unir o povo no avanço rumo ao progresso, não faz senão fracioná-lo em bandos adversários". Ao mesmo tempo, declarava que era pecado não votar contra os candidatos anticlericais. Seu jornal criticava a política de educação pública de Ubico, asseverando que "os livros são uma escada demasiado frágil para os nossos indígenas subirem à civilização". Mas implantou várias escolas indígenas. E, ao mesmo tempo que estigmatizava a política popular, promovia as Ligas dos Trabalhadores Católicos e criava um programa catequista nas áreas rurais a fim de conter a propagação dos sindicatos e dos partidos políticos.

Por estridente que fosse a crítica de Rossell y Arellano a Arévalo, seus ataques contra Arbenz foram muito mais além. A luta já não era a da cidade de Deus contra a cidade do homem, mas "contra a cidade do demônio encarnado". Ele se uniu aos latifundiários no combate à reforma agrária "completamente comunista", fadada a levar a uma "ditadura agrária". Explorou o temor crescente de que a reforma subvertesse as adequadas relações entre ladinos e indígenas, entre homens e mulheres. Condenou os revolucionários por ensinarem os camponeses "a falar em público". Embora a política fosse geralmente exercida

pelos homens, por vezes as mulheres se aproveitavam dos novos canais de participação. "Quando uma mulher de uma aldeia qualquer manifestava talento para o proselitismo ou a liderança", escreveu o arcebispo, "era recompensada com um cargo elevado e bem pago na burocracia oficial. [Os revolucionários são] corruptores profissionais da alma feminina das mulheres das classes operária e camponesa".

Rossell y Arellano se inspirou no fascismo para promover uma visão espiritual da unidade social, um antídoto contra o divisionismo e a dissensão decorrentes do pluralismo democrático secular. Antes da Revolução de Outubro, a Guerra Civil Espanhola oferecera a possibilidade de reaproximação entre a Igreja e o Estado. Apesar de seu *pedigree* liberal, Ubico imitou o estilo de Mussolini, reconheceu prontamente a rebelião de Franco e deu acolhida aos exilados espanhóis fugidos do republicanismo, muitos deles padres. A falange era forte entre os mil *émigrés* espanhóis na Guatemala e injetou na Igreja Católica um nacionalismo místico restaurador. "Nós não queremos um catolicismo frio", proclamava seu hebdomadário, "queremos a santidade, uma santidade ardente, grandiosa e jovial, intransigente e fanática". Os rituais fascistas, como a missa solene celebrada na catedral em 1938, em homenagem às vítimas dos republicanos espanhóis, à qual não faltaram membros do governo, deu à Igreja um meio de reconsagrar sua relação com um Estado que, havia muito, se despojara da ornamentação cerimonial católica. Uma elaborada avaliação do povo permitiu a Rossell y Arellano promover um nacionalismo católico que contornava o Estado para alinhar a Igreja ao espírito nacional. "As tribos desorganizadas que habitavam nossa América", escreveu, "teriam desaparecido se a conquista espanhola não tivesse chegado tão providencialmente, unindo-as e derramando sobre elas a tríplice bênção da religião, do sangue e da língua". À exaltação democrática da justiça secular e dos direitos individuais, o prelado contrapunha a unidade cristã, a submissão e a obediência: "À sombra da cruz de Cristo, forjou-se o caráter moderado dos nossos ancestrais, a quem devemos o que há de nobre e generoso em

nossas classes superiores e o que há de paciente e abnegado nas classes populares".

A promoção do catolicismo popular ajudou-o a recrutar, em sua cruzada, as *cofradías* rurais, os cultos dos santos por meio dos quais decorria grande parte da vida política local.² Inicialmente, em algumas comunidades, os líderes dessas irmandades religiosas se mostraram receptivos à revolução, valendo-se dos partidos políticos e dos sindicatos para lutar por questões específicas ou para arrebatar o poder municipal das mãos dos ladinos. Em certos casos, esse apoio prosseguiu durante todo o curso da revolução. Mas em algumas cidades, como Rabinal e San Pedro Carchá, as *cofradías* começaram a se opor à secularização e à proliferação das novas associações que lhes solapavam a autoridade, particularmente com a ascensão de novos líderes fora dos canais estabelecidos. Em 1953, Rossell y Arellano organizou a turnê da imagem do Cristo Negro de Esquipulas, considerado "o coração e a alma do catolicismo guatemalteco" e padroeiro do país desde 1916. Milhares de pessoas saudaram o Cristo em sua passagem pelas quatro *cofradías* de San Pedro Carchá antes de entrar na igreja, e "os camponeses, em massa, afluíram às ruas para contemplar a imagem sagrada, prostrar-se diante dela e beijar-lhe os abençoados pés". A romaria fez mais "contra o comunismo", asseverou o arcebispo em 1955, "do que se centenas de missionários e milhões de livros e centenas de programas católicos de rádio tivessem promovido a campanha anticomunista".

Em todo o campo, o anticomunismo católico passou do púlpito à população também graças à rede de sacerdotes e catequistas da Igreja. No esforço de cultivar boas relações com o Vaticano, Arbenz deu continuidade à política de Ubico de per-

² Durante toda a guerra fria, os teóricos da contra-insurgência discutiram se a "cultura" local constituía uma ameaça de rebelião ou um baluarte da contra-insurgência. Ver o debate em Robin (2001, cap.9). Sobre a Guatemala, ver em Cifuentes (1982) a argumentação de um estrategista do Exército guatemalteco, segundo a qual a cultura maia tradicional podia servir de base social efetiva para a contra-insurgência.

mitir que mais e mais padres estrangeiros fossem trabalhar na Guatemala. Muitos deles vinham de países em que haviam sofrido o anticlericalismo republicano ou socialista, como a China, a Espanha, o México, a Hungria e a Checoslováquia, e adotaram um anticomunismo nascido da perseguição e até da tortura. Boa parte dos religiosos espanhóis e italianos simpatizava com o fascismo. Outros, oriundos dos Estados Unidos, manifestavam um anticomunismo menos passional e teorizado, mais instintivo. De 1951 a 1954, frei Sebastian Buccellato foi um dos dois franciscanos norte-americanos lotados em Asunción Mita, no departamento oriental de Jutiapa. Ele recorda que se opunha a Arbenz menos por questões políticas do que por temor ao ateísmo: "Nós éramos americanos, não gostávamos de Mussolini, queríamos liberdade de expressão e democracia". Asunción Mita era uma "fortaleza comunista", e, para contornar a proibição da política clerical, ele e o outro sacerdote norte-americano treinaram um grupo de 35 catequistas leigos.

Não nos era permitido pregar contra o comunismo, mas aos nativos sim, de modo que tratamos de instruí-los sobre os males do comunismo, e eles iam doutrinar os outros nas aldeias. Nós lhes ensinamos a doutrina católica e que o comunismo nega a Deus e pretende que o governo é mais importante do que a Igreja. Dizíamos que os comunistas estavam tentando fundar uma sociedade pagã. E que era preciso resistir.

Por considerável que fosse a autoridade moral da Igreja Católica sobre a população guatemalteca, sua influência política era limitada. A Igreja estava sobrecarregada. Frei Sebastian lembra que era um dos apenas quatro sacerdotes em todo o departamento de Jutiapa. Rossell y Arellano lançou um programa catequista a fim de expandir o alcance da Igreja, porém, a muitas comunidades, este só chegou na fase final da revolução. Do mesmo modo, apesar da liberdade de expressão sem precedentes que caracterizou os governos Arévalo e Arbenz, os padres precisavam ter cautela, pois era crime pregar contra o governo, como constatou frei Sebastian ao ser expulso do país no início de 1954.

"A inexistência de um programa social construtivo" da Igreja, observou a embaixada norte-americana, limitou sua influência, ao passo que a CIA acreditava que os benefícios tangíveis da reforma agrária solaparam seu anticomunismo. Por mais que os camponeses se prostrassem aos pés do Cristo Negro, cem mil famílias receberam terra e gado. Portanto, quando, em abril de 1954, Rossell y Arellano exortou os guatemaltecos a "se erguerem como um só homem para combater o inimigo de Deus no país", outros se encarregaram de transmitir a mensagem.

CONTRA-INSURGENTES INSURGENTES

Reconhecendo que a luta no campo estava perdida, os agentes da CIA passaram a trabalhar principalmente com o Comitê de Estudantes Universitários Anticomunistas, o Ceua, um grupo de aproximadamente cinquenta jovens universitários, em sua maioria oriundos da capital, mas também provenientes das províncias. Liderados por Mario Sandoval Alarcón, Lionel Sisiniega Otero, Mario López Villatoro e Eduardo Taracena de la Cerda, esses estudantes profissionais, geralmente filhos de fazendeiros médios, adotaram um internacionalismo enérgico. Formaram grupos de exilados no México, em El Salvador e em Honduras e organizaram uma campanha internacional de cartas exigindo a libertação de Sandoval quando de sua prisão, instituíram organizações de solidariedade, como o Comitê México, e promoveram a "salvação" da Guatemala como apenas o "primeiro passo" rumo à libertação da América Latina do comunismo. Criaram uma rígida estrutura organizacional, à qual impuseram disciplina partidária. Insurgentes que eram, procuraram, tal como o arcebispo com o qual colaboravam estreitamente, destruir toda e qualquer possibilidade de compromisso: "O comunismo ateu e o cristianismo eram duas filosofias conflitantes". A opção era absoluta: "servidão humana num sistema totalitário" ou "democracia". Armados de treinamento e equipamento norte-americanos, empreenderam uma campanha cada vez mais intensa de terrorismo, incluindo sabotagem, bombas e propaganda, que, segundo se esperava, inspiraria "o povo a pegar em

armas, punir os responsáveis e erradicar o comunismo total e definitivamente”, nele infundindo “uma grande febre patriótica e um grande espírito de luta”.

O Ceua foi criado em setembro de 1951, mas suas raízes remontam às polêmicas que arrebataram a classe política da cidade da Guatemala em torno da adoção de uma nova Constituição em 1945. Enquanto questões como o sufrágio feminino, as leis de vadiagem, o bem-estar social e as relações Igreja-Estado geravam múltiplas propostas e opiniões, duas amplas facções separaram os que se empenhavam em fazer avançar o liberalismo social dos que procuravam contê-lo. De início, estes últimos aglutinaram sobretudo as elites econômicas, a hierarquia católica, os *cachurecos* (gíria que designava os ultracatólicos, geralmente aplicada aos oligarcas filiados ao extinto Partido Conservador) e os elementos inflexíveis das Forças Armadas. A situação revolucionária aprofundou o cisma, imprimindo significado político a cada ato, transformando todo e qualquer acontecimento em uma provocação e recrutando novos adeptos para ambos os lados. Quando uma greve de ferroviários coincidiu com um congresso eucarístico patrocinado pela Igreja, esta se pôs a afirmar que a paralisação tinha sido provocada intencionalmente a fim de impedir os fiéis do campo de viajarem à cidade. Em 1948, quando se repatriaram os restos mortais do predecessor de Rossell y Arellano, este aproveitou a ocasião para condenar o governo por ter fechado, pouco antes, uma estação de rádio falangista. Logo depois desse sermão, espalhou-se o boato de que o governo pretendia exilar o arcebispo, provocando um vasto protesto católico que só se dispersou quando o coronel Francisco Arana garantiu que não se planejava semelhante medida.

O coronel Arana era o homem em torno do qual se aglutinava a oposição à Revolução de Outubro. Em 1949, sua morte accidental, pelas forças do governo, na ocasião em que foi preso por ter participado de um complô para derrubar Arévalo, provocou um levante militar reprimido por Arbenz, pela polícia leal e por voluntários civis. Mas isso rendeu à contra-revolução o

seu primeiro mártir – até hoje a direita guatemalteca considera essa morte o marco inicial da guerra civil –, e a torpe tentativa de Arévalo de culpar os “reacionários” pela morte de Arana só serviu para confirmar, aos olhos dos adeptos do coronel, que Arbenz assassinara premeditadamente o adversário a fim de se assegurar como sucessor do presidente. Este decretou cinco dias de luto oficial, entretanto seu esforço para capitalizar a morte de Arana para a revolução foi revelado no ano seguinte, 1950, quando ele decretou feriado para comemorar a derrota dos rebeldes. Em contrapartida, os estudantes anticomunistas organizaram um protesto que desencadeou uma semana de conflitos de rua entre os aliados e os adversários do governo. Arévalo conclamou seus adeptos desde o balcão do palácio nacional. O comércio entrou em greve. Piquetes organizados pelos sindicatos saquearam as casas dos suspeitos de atividades contra-revolucionárias. Em média, morreram duas pessoas por dia durante a semana de protestos, que só terminou quando Arévalo prometeu exonerar o chefe da polícia nacional e o ministro do Interior. Theodore Draper – um importante social-democrata anticomunista norte-americano, que posteriormente continuaria escrevendo para criticar a Revolução Cubana – fez a cobertura dos tumultos para uma publicação de seu país. Descreveu os manifestantes anti-Arévalo como gangues da *jeunesse dorée*, observando que “era fácil distinguir os dois lados em conflito – os mal vestidos e os bem vestidos ... Era uma espécie de inversão da antiga luta de classes. Os trabalhadores se impunham com a proteção do governo, e a classe média fazia greve”.

O ano de 1951 presenciou o ingresso das classes populares urbanas na política de oposição. Liderado por Eduardo Taracena, o Ceua organizou as mulheres do mercado em comitês anticomunistas para reivindicar o retorno das freiras que acabavam de ser substituídas por assistentes sociais no orfanato nacional. O ódio à secularização das instituições sociais do Estado combinou-se com um anticomunismo impellido pela visibilidade cada vez maior do PGT, ainda na ilegalidade. Manifestantes destruíram uma sede do partido e perseguiram os militantes pelas

ruas. Era uma “multidão verdadeiramente impressionante”, reconhece Fortuny, que passou a noite na embaixada da Colômbia (Flores, 1994, p.195). No dia seguinte, Arbenz, seguindo o conselho do PGT, readmitiu as irmãs a fim de amenizar a tensão. No entanto, a polícia dispersou violentamente a multidão reunida em frente ao palácio, ferindo muitas pessoas e matando doze.

Bem antes que os Estados Unidos decidissem definitivamente depor Arbenz, dois campos ficaram em evidência, e toda ação empreendida por um deles era usada pelo outro para estigmatizar o rival como um “agressor universal em uma luta política sem quartel que não tolerava compromisso” (Mayer, 2000, p.81). Apesar do nacionalismo comum, ambos os lados revestiam sua luta com a bandeira do universalismo. Os sindicatos esquerdistas e o Congresso Nacional guardaram um minuto de silêncio para marcar a morte de Stalin. Os estudantes anti-Arbenz criaram vínculos com grupos anticomunistas da Bolívia, da Argentina, do Brasil e da Ásia. E, quando os organizadores do esquerdista Congresso Internacional pela Paz celebraram uma missa, Rossell y Arellano tomou inesperadamente o púlpito para pregar a paz, mas “a paz de Cristo”, não a “farsa do congresso pela paz”.

Em meio aos inúmeros grupos anticomunistas que formaram a onda de protestos de 1951, o Ceua se distinguiu pelo ardor de seus militantes, e a CIA, desesperada por encontrar ativistas com que trabalhar naquela oposição dividida e oportunista, usou-os como peões na Operação PBSUCCESS. No início da campanha, os estudantes imaginaram um período de educação política de massa que, evocando uma vez mais a linguagem associada à esquerda, “conscientizaria” todos os guatemaltecos. Utilizando jornais, gibis e panfletos, propunham-se a ensinar, em termos simples, o significado das palavras-chave contra-revolucionárias, como *Deus, Pátria, Lei, Justiça, Verdade e Trabalho*:

Verdade como emblema da sinceridade e da realização dos ideais elevados e como antítese das mentiras; *Trabalho* como um nobre atributo dos seres humanos, uma expressão fecunda

do criador espiritual do homem [e] não como exploração do homem pelo homem, como o prega o comunismo.

Eles preconizavam um anticomunismo que não só não negava a existência da injustiça social como procurava retificá-la. “A nossa campanha deve ter como metas”, escreveu o Ceua em 1953, “a humanização do sistema econômico capitalista, a diminuição da miséria em que vive a grande maioria, a elevação do nível de vida dos trabalhadores” e uma “reforma agrária destinada a criar novos proprietários”.

Os agentes da CIA, em particular George Tranger, o chefe da missão na Guatemala, tinham outras idéias. Insistiam numa estratégia concebida para infundir mais medo que virtude. A propaganda destinada a “atacar os fundamentos teóricos do inimigo” era inútil. A proposição que Tranger escreveu em 1954 consistia em “(1) intensificar o anticomunismo, o sentimento antigoverno e fomentar a disposição a agir; e (2) criar dissensão, confusão e MEDO no campo inimigo”. O esforço psicológico devia atingir “o coração, o estômago e o fígado (medo)”. “Nós não estamos promovendo um concurso de popularidade, e sim uma sublevação”, foi a resposta de um agente aos temores dos estudantes de que a campanha fosse demasiado negativa.

A Agência tinha um método, e seu plano de semear “desconfiança, divisão, suspeita e dúvida” atropelou o esforço dos estudantes de elevar a consciência política. Estes divulgavam falsas notícias da morte de Arbenz, de Fortuny e de outras lideranças do governo e do PGT e colavam adesivos nas portas dos aliados de Arbenz: “Aqui mora um comunista”. Postavam impressos de uma falsa “Organização dos Militantes Ateus” a fim de atemorizar os católicos e espalhavam boatos de que o governo estava prestes a congelar as contas bancárias, a coletivizar todas as fazendas e a proibir a Semana Santa. Faziam circular os escritos do arcebispo, inclusive sua conclamação de abril de 1954 à insurreição, e enviavam bilhetes aos oficiais das Forças Armadas, informando-os de que seus colegas os estavam espionando para o PGT, e a Víctor Manuel Gutiérrez dizendo que

Fortuny conspirava contra ele "e vice-versa". Foi um ano de escalada da campanha de sabotagem, agitações políticas, rumores e propaganda com o fim de desestabilizar e desmoralizar os que apoiavam o governo, criar dissensão entre os militares, obrigar Arbenz a punir as dissidências, para assim estimular e unificar a oposição.

Em 15 de junho de 1954, quando o coronel Carlos Castillo Armas, escolhido a dedo pelos Estados Unidos, empreendeu a invasão a partir de Honduras, a CIA havia atingido todos os seus objetivos, exceto a criação de um movimento unificado de resistência interna. Não foi necessário. Os Estados Unidos manipularam habilmente a tensão entre a negação pública de seu envolvimento e as manifestações privadas de antipatia. Embora a invasão fosse precária e pudesse ser facilmente derrotada pelas tropas guatemaltecas, os militares abandonaram Arbenz por temer o poder dos Estados Unidos, que eles sabiam ter organizado, treinado e financiado a invasão.

A VOLTA DO DESTINO

Se a força da Revolução de Outubro residiu no fato de ela ter vencido a idéia de que a injustiça era uma sina, o poder da contra-revolução arrimou-se no ressurgimento do destino, pois, como observa Barrington Moore Junior (1978, p.459), as pessoas "tendem evidentemente a dar legitimidade a qualquer coisa – mesmo à mais dolorosa – que seja ou pareça ser inevitável". Conforme diversos relatos dos que presenciaram a deposição de Arbenz em 1954, a teatralidade da guerra psicológica da CIA criou a ilusão não só de uma oposição como de um desdobramento extraordinário dos acontecimentos, de um confronto inevitável, que, efetivamente, transformou agentes potenciais em espectadores passivos. Para não contrariar os militares, os líderes revolucionários reforçaram a atitude de "observar e aguardar", desmobilizando os defensores potenciais e garantindo-lhes que o exército leal estava repelindo os mercenários. A liderança do PGT, por sua vez, foi "pega de surpresa pelos fatos", como diz Alfredo Guerra Borges, um de seus fundadores. O par-

tido dava conselhos incertos a Arbenz e falava em organizar uma resistência armada clandestina, mas, depois de quatro anos no poder, "não tinha sequer um mimeógrafo escondido, um só equipamento clandestino, para não falar em dinheiro, alimento, armas ou qualquer outra coisa indispensável à clandestinidade".

A confusão reforçou os contra-revolucionários, que logo trataram de preencher o vazio do poder do Estado. Em Alta Verapaz, os políticos locais hostis aos rumos da revolução transformaram os filiados dos partidos políticos em comitês provisórios de defesa anticomunista e assumiram o controle dos órgãos municipais e departamentais. O novo governo instituiu o Comitê de Defesa Nacional contra o Comunismo, outorgando-lhe autoridade tanto jurídica quanto executiva para investigar, prender e julgar os suspeitos de subversão. A Lei Penal Preventiva contra o Comunismo autorizou o comitê a criar um registro "de todas as pessoas que tiveram alguma participação em atividades comunistas" e, em novembro de 1954, com a ajuda da CIA, contava com uma lista de mais de 72 mil nomes. Esse comitê, que funcionou durante dezoito meses, até se converter na Direção Geral de Segurança Nacional, foi o começo da institucionalização do anticomunismo como ideologia do Estado, codificada por uma série de leis e pela nova Constituição de 1956 e executada por um Judiciário e uma burocracia estatal purgados. A lista foi compilada pelo chefe da Segurança Nacional, que coordenava a informação colhida pela CIA, pelos grupos anticomunistas locais e pelo diretor do censo nacional. O comunismo foi definido de maneira tão vaga que um funcionário da embaixada norte-americana se jactou de que, "com essa lei, podemos pegar quem quisermos e mantê-lo preso durante o tempo que quisermos".

Nos meses que se seguiram à renúncia de Arbenz, a polícia, os militares e os grupos vigilantes *ad hoc*, comandados pelos comitês anticomunistas ou por latifundiários privados, assassinaram entre três mil e cinco mil arbenzistas. Na cidadezinha de Escuintla, onde o PGT obteve a maioria em 1953, os líderes foram capturados, torturados e executados. Na fazenda Jocatán,

da United Fruit Company, no litoral sul, mais de mil organizadores foram assassinados depois de presos. Na praça principal do vilarejo bananeiro de Morales, o capataz da United Fruit, Rosendo Pérez, disparou a metralhadora no rosto de Alaric Benett, um líder sindical afro-guatemalteco e deputado do PAR. A seguir, executou mais de vinte sindicalistas capturados. Fora esses homicídios em larga escala, a maior parte da violência foi praticada na surdina, contra ativistas incômodos, porém menos proeminentes, que moravam em regiões distantes, fora do alcance da imprensa nacional ou internacional. A pedido da CIA, o *The New York Times* se absteve de enviar jornalistas às áreas rurais após a deposição de Arbenz. Milhares de ativistas urbanos – inclusive Arbenz e a maioria dos líderes do PGT – asilaram-se em embaixadas estrangeiras, e alguns arbenzistas rurais se refugiaram em Belize, no México, em Honduras ou em regiões mais remotas da própria Guatemala. Bem antes que o novo governo anulasse a reforma agrária, os latifundiários trataram de recuperar a terra e o gado, e muitos camponeses que se aliaram à nova ordem aproveitaram a ocasião para acertar velhas contas e roubar a propriedade do vizinho.

Apesar da violência, a maioria dos cerca de doze mil capturados não foi executada. As autoridades provisórias mandaram os arbenzistas locais para a capital e soltaram as lideranças secundárias após alguns meses ou processaram-nas conforme a nova legislação anticomunista. Os julgamentos provinciais serviram menos para aprisionar ou punir os inimigos suspeitos do novo Estado – quase todos os acusados foram postos em liberdade – do que para induzir o arrependimento e a condenação do regime passado e afastar os ativistas camponeses de seus líderes. Em San Pedro Carchá, por exemplo, os anticomunistas prenderam doze membros do sindicato rural da fazenda San Vicente. O interrogatório a que os submeteram consistiu em perguntar-lhes se podiam provar que não eram comunistas, nem militantes do PGT nem que “entretiveram idéias marxistas durante o regime deposto”. Obrigados a afirmar a negativa, os acusados não só eram compelidos a negar qualquer relação com

o PGT, com o qual, aliás, eles não tinham diretamente nenhum vínculo como a renunciar tanto à *substância* da Revolução de Outubro, ou seja, ao acréscimo dos benefícios materiais, quanto a seu *espírito*, isto é, ao direito à cidadania baseado na participação política. Pedro Moscú disse que nunca se filiou ao partido, mas foi “obrigado a receber uma parcela de terra”. Quando lhes perguntavam a que partido pertenciam, todos respondiam que não sabiam o nome. Marcelino Che Bo declarou que os organizadores foram à sua casa “para colher sua impressão digital em um livro, dizendo que, se eu não o fizesse, seria expulso de minha própria casa”. Outros invocaram ladinis importantes para testemunhar que eles tinham “bons hábitos”, “fé em Deus” e as qualidades de um “bom trabalhador” – contribuindo, efetivamente, para o restabelecimento das relações de patronagem banidas pela Revolução de Outubro.

Para muitos, na Guatemala, o ano de 1954, tal como é lembrado, pôs fim à história e à política. Outros, porém, dos dois lados da cisão revolucionária, viveram aquele ano como uma radicalização de ambas. Para muitos que trabalharam pela mudança social, a memória da Revolução de Outubro reforçou sua decisão, pois confirmou que a reforma era deveras possível. O desejo de recobrar a promessa democrática de 1944 direcionou sua política, assim como a de muitos de seus filhos, nas quatro décadas seguintes. Para os que temiam a mudança, 1954 foi, inicialmente, um alívio bem-vindo. Mas o retorno a um passado idealizado de segurança e submissão mostrar-se-ia não menos utópico do que as esperanças revolucionárias que eles combatiam. Não havia como voltar atrás, e aqueles “amigos da ordem”, como Arbenz denominou seus oponentes em 1950, passaram a depender constantemente de novas ideologias, novas tecnologias e cada vez mais dos Estados Unidos para enfrentar os desafios à sua autoridade. Em suma, as expectativas de 1944 seguiram penetrando a realidade de 1954, o que resultou na polarização política que definiu grande parte da guerra fria latino-americana.